

**CONFLITOS DE INTERESSES PELO USO DAS ÁGUAS MINERAIS: um estudo em Cambuquira – Minas Gerais****Thatiana Stacanelli Teixeira – stacanellithati@gmail.com****Universidade Federal de Lavras****Valderí de Castro Alcântara - valderidecastroalcantara@gmail.com****Universidade Federal de Lavras****José Roberto Pereira – jrobertopereira2013@gmail.com****Universidade Federal de Lavras****Eloisa Helena de Souza Cabral – elocabral@uol.com.br****Universidade Federal de Lavras****Elisabeth Thaianie Tercino de Araújo - elisabethtercino@yahoo.com.br****Universidade Federal de Lavras****Área Temática: Administração Pública, Desenvolvimento Local e Regional****Resumo**

No Brasil, como referências em águas minerais estão as cidades pertencentes ao Circuito das Águas localizadas ao sul de Minas Gerais. Todavia, esses municípios são marcados por conflitos que envolvem o uso, a exploração e a gestão das águas minerais. Nesse contexto, objetivou-se compreender os interesses mobilizados em torno dos usos das águas minerais no município de Cambuquira (MG). Além das discussões sobre os conflitos envolvendo águas minerais no Brasil, discutiu-se os diferentes interesses existentes em torno dos usos das águas minerais. Para o estudo qualitativo, realizou-se pesquisa documental, observação e aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE). Para as análises, foram utilizados como categorias analíticas os interesses: privado, público estatal e público não estatal, identificando atores, os usos relacionados a cada um desses e os conflitos manifestos entre eles. Foi possível diagnosticar que possuem dois conflitos existentes simultaneamente, a água como bem público e direito humano, devendo ser acessível a todos (apesar das divergências, essas concepções se relacionam também com a questão turística e a crenoterápia) e, por outro lado, como mercadoria e *commodity* – que resulta no foco da exploração mercantil. Concluiu-se o estudo apontando as dificuldades e possibilidades de uma gestão compartilhada das águas minerais que considere a multiplicidade de usos e ofereça instrumentos para a mediação e resolução dos conflitos de interesses.

**Palavras-chave:** Conflitos pelas Águas; Interesses; Águas Minerais, DRPE.**Abstract**

In Brazil, such as minerals exist as cities belonging to the Water Circuit south of Minas Gerais. This, they are marked by the efforts that involve the use, the exploration and the management of the mineral waters. In this context, the objective was to understand the movements in the use of rock minerals in the city of Cambuquira (MG). In addition, the woods on the rocks are presented in Brazil, the differences between the uses of the minerals of the rocks are discussed. For the qualitative study, the documentary experiences, the observation and the application of Rapid Participatory Emancipatory Diagnosis (DRPE). As analytics, they were, like, the advertising doors of interests: private, state public and non-state public, identifying actors, the uses related to each of the manifestos among them. It was possible to diagnose that the people who issue the debts, which are so public and of right, should be accessible to all, and, on the other hand, as a company and commodity - that results in the focus of commercial exploitation. The study concludes by pointing out the difficulties

and possibilities of water sharing that involve a multiplicity of uses and tools for mediation and resolution of conflicts of interest.

**Keywords:** Conflicts over Water; Interests; Mineral Waters, DRPE.

## 1. Introdução

No Brasil, a referência às águas minerais está diretamente associada as cidades pertencentes ao Circuito das Águas, localizadas no sul de Minas Gerais, região conhecida por suas estâncias hidrominerais. São cidades que possuem águas minerais que são consideradas ímpares para a qualidade de vida devido às características e propriedades, efeitos medicamentosos e importância cultural e turística (Bueno, 2017). Essas localidades são marcadas pela existência de fontes de águas minerais que oferecem tratamentos alternativos de saúde e beleza que atraem turistas e empresas interessadas na exploração dessas águas minerais.

São essas finalidades, a grande força motora dos múltiplos conflitos que envolvem as águas minerais, justamente sobre o seu uso, exploração e gestão dessas águas. Para Alcântara *et al.* (2018) o Circuito das Águas de Minas Gerais é um espaço de disputas em diferentes práticas “[...] de gestão, exploração e uso das águas minerais: práticas de exploração, de uso medicinal, de atividades turísticas, de preservação, de uso comum, de privatização, de degradação, de uso insustentável, entre outras” (p. 10). Na perspectiva deste artigo, esses conflitos se desenvolvem em torno de diferentes interesses pelas águas minerais, especificamente, relacionados aos interesses privado, público estatal e público não-estatal.

De acordo com Costa *et al.* (2013), no que se referem às águas, as comunidades e o Estado (sob o ponto de vista da legislação) convergem para a consideração da água como um bem comum e o mercado a considera como bem econômico, assim como também algumas regulamentações do Estado tendem para esta vertente. Assim, torna-se latentes os conflitos de interesses, em especial, entre as visões da água como bem comum e bem econômico.

Como experiência dessa perspectiva, podemos citar o caso das águas minerais de São Lourenço que teve suas fontes exploradas pela empresa Nestlé Waters, gerando diversos conflitos no município e para com seus defensores (Cruz, 2017). Como podemos ver Alcântara *et al.* (2018) “os conflitos em torno das águas envolvem questões como direitos humanos, a colonialidade sobre a natureza, a atuação de multinacionais na lógica de mercado, e ainda a valoração econômica das águas em detrimento do cultural, social e ambiental”

(p.02). Estes são conflitos que fazem parte de diferentes regiões no Brasil, inclusive no município de Cambuquira, Minas Gerais.

Cambuquira possui uma das melhores águas minerais do planeta (Sales, 2017) e foi contemplada com o título de *Blue Community* (Comunidade Azul) em 2014, se tornando a primeira Cidade Azul da América do Sul. Este título é concedido pela organização civil canadense *The Council of Canadians*, como forma de reconhecimento dos locais que fazem um uso equilibrado e racional dos seus recursos hídricos (The Council Of Canadians, 2017).

Diante a multiplicidade de interesses que envolvem as águas minerais de Cambuquira e da grande relevância desse local para o contexto internacional e nacional, o presente artigo tem por objetivo compreender os interesses mobilizados em torno dos usos das águas minerais no município de Cambuquira, Minas Gerais. Para tal, será descrito os interesses sob a ótica do setor privado, público estatal e público não-estatal, alinhado aos usos e finalidades das águas minerais, assim como também, a identificação dos atores envolvidos em torno dos interesses e usos das águas minerais de Cambuquira.

## **2 DISCUSSÃO TEÓRICA**

### **2.1 Interesses pelas águas minerais**

Devido a suas exclusividades, características intrínsecas e os diversos interesses que perpassam sobre alguns bens minerais, a água mineral tem se tornado um dos bens minerais mais valorizados pela sociedade. O interesse está relacionado à pesquisa, lavra e aproveitamento para diversos fins, como culinária, indústrias, tratamentos de beleza e medicinal. Com suas múltiplas finalidades, temos que a água é um bem mineral que adquire importância econômica e social, requerendo da administração pública uma política que englobe os interesses de lavra, preservação, manutenção e gestão de aquíferos para múltiplas finalidades.

Sobre a água mineral, esta é conceituada pelo Código de Águas Minerais, através do Decreto-Lei nº 7.841, de 08 de agosto de 1945, em seu artigo 1º, como sendo “aquelas provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que possuem composição química ou propriedades físicas ou físicas-químicas distintas das águas comuns, com características que lhes confirmam uma ação medicamentosa”.

Estas águas são marcadas pelo baixo custo de investimento e frente de lavra pontual, fatores que contribuem para o crescimento da indústria de água envasada, apresentando aparentemente, baixo risco no seu investimento e um dos mais favoráveis mercados no setor

mineral brasileiro (Cruz, 2017). Contudo, como outra característica marcante das águas minerais, destaca-se que muitas destas, além de seus efeitos medicinais, significam símbolo histórico e cultural das cidades em que se localizam, possuindo diferentes e conflitantes interesses em sua volta, advindos dos setores privado, público não estatal e público.

Em relação ao interesse privado, é notório que a mercantilização e privatização da água está se intensificando em todo o planeta e junto a estas ações, as oligarquias produzem conhecimento, norteiam o discurso através do poder de narrativa e agem exercendo influências sobre a mídia a fim de atingir a sociedade e o poder público (Swyngedouw, 2007). Mesmo a água sendo reconhecida como um direito humano fundamental, as grandes corporações que realizam seu comércio trabalham insistentemente para que essa seja reconhecida como uma necessidade a ser provida pela iniciativa privada e incorporada pela lógica mercantil (Barlow, 2009). Assim, utilizam de estratégias para vender seus produtos, rotulando que as águas engarrafadas possuem mais sabor, são mais puras e imunes de bactérias, mas na verdade, muitas dessas são consideradas “águas mortas”, pois sofrem tantos processos e aditivos químicos que perdem sua naturalidade.

Sob a perspectiva do interesse público não estatal, tem-se como motivação central a sociedade civil, que atua em prol da defesa destas águas por identificarem que esta é um dos elementos que mais se destaca em relação ao seu uso coletivo, devendo todos gozarem de seu usufruto em conjunto, sem a possibilidade de distinção de uso por um benefício de outro. Quando se fala em uso sem discriminação por quem a utiliza, adentramos na conceituação da água mineral como um bem público. Esse reconhecimento resulta da constante interação entre sociedade e recursos naturais, onde Ruscheinsky (2004) afirma que essa integração reflete a ideia de que o acesso a água por todos pode diminuir as desigualdades entre as pessoas, atribuindo a ela mais uma justificativa para classificá-la como bem público.

Diante dos principais interesses que rodeiam as questões das águas minerais, podemos compreendê-los a partir de usos e relações às quais os atores envolvidos no conflito as atribuem. Os interesses de cunho privado, público e público não estatal, são permeados por atores que formam uma via de conexão com usos relacionados pelo grupo. O uso não discrimina a quantidade de atores relacionados, mas delimita o interesse que predomina em seu uso e finalidade.

Em Cambuquira não é diferente, suas águas são permeadas por antagonismos e inconformidades em relação ao seu uso e atores envolvidos. Portanto, diante desse cenário, é

cabível a identificação dos usos e atores envolvidos do ponto de vista dos interesses predominantes.

Para tal descoberta, o artigo faz uso de uma metodologia de pesquisa que visa aprofundar os pesquisadores nesse âmbito, de modo a atuar de forma mediadora para que os próprios atores reconheçam seus papéis de atuação, colaborando assim, com a presente proposta de pesquisa ao que tange as questões das águas minerais em Cambuquira.

### 3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Nossa abordagem é qualitativa e descritiva por enfatizar a conexão entre os depoimentos, discursos e contextos em que os atores estão inseridos, atribuindo importância central aos fenômenos e os elementos envolvidos a eles (Godoy, 1995). Conforme exposto anteriormente o *locus* de pesquisa é o município de Cambuquira – Minas Gerais.

Este município pertence ao Circuito das Águas de Minas Gerais e tem suas águas minerais classificadas como a melhor água potável brasileira e a segunda melhor do mundo (Cruz, 2017). Devido à grande importância dessas águas minerais para o contexto brasileiro e internacional, justifica-se a escolha do município como *locus* de pesquisa. Seu contexto histórico e atual também foi motivador da escolha, sendo esta localidade marcada pela pluralidade de conflitos envolvendo os setores público, privado e público não estatal.

Adicionalmente, este artigo é desenvolvido mediante dados primários e secundários. Para garantir autenticidade dos fatos, foram utilizadas múltiplas fontes de evidências que se complementam, sendo elas: (i) Pesquisa Documental; (ii) Observação e (iii) Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador - DRPE. O quadro 1 auxilia na compreensão das técnicas utilizadas e das contribuições para o estudo.

Técnica	Contribuições para o estudo
Pesquisa documental	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Compreender o contexto sociohistórico de Cambuquira.</li> <li>2. Identificar atores e organizações interessados nas águas minerais.</li> <li>3. Descrever diversos conflitos existentes pelas águas minerais.</li> <li>4. Identificar nos textos analisados diferentes interesses.</li> </ol>
Observação	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Observar mobilizações de organizações da sociedade civil.</li> <li>2. Identificar atores com maior poder de influência.</li> <li>3. Descrever relações entre ONGs e Poder Público em torno da questão.</li> <li>4. Acompanhar <i>in loco</i> a mobilização e conflito de interesses pelas águas.</li> </ol>
DRPE	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Contribuir para o debate em torno das águas minerais.</li> <li>2. Proporcionar um ambiente de reflexão sobre os conflitos pelas águas.</li> <li>3. Mobilizar e debater interesses divergentes em torno das águas minerais.</li> <li>4. Identificar as relações de interesses entre atores e organizações.</li> </ol>

Quadro 1: Técnicas e contribuição para o estudo dos interesses.

Fonte: Elaborado pelos autores em julho de 2018.

Na (i) Pesquisa Documental analisou-se as reportagens dos jornais locais, tais como o ‘ENCONTRO- O jornal de Cambuquira’ e ‘Jornal Araxá’, bem como gazetas aleatórias que vinculavam informações oficiais e esporádicas sobre o município, atas de reuniões da ONG Nova Cambuquira e da Câmara Municipal, publicações institucionais e acervo da biblioteca municipal. No que se refere à (ii) Observação caracterizada como não participante, os pesquisadores puderam participar como ouvintes de eventos oficiais, reuniões da ONG Nova Cambuquira e da Prefeitura Municipal, além de visitarem pontos turísticos importantes para a pesquisa, para conseqüentemente, analisar os conflitos, trabalhar na percepção e identificar os interesses pelos autores locais.

Por fim, a metodologia que propiciou a coleta de informações mais relevantes e possibilitou maior contato com o município, em termos de sua gestão, população, pontos turísticos e contexto histórico e social, tem-se o (iii) Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE). O DRPE teve duração de cinco dias e foi desenvolvido em conjunto com membros da sociedade civil organizada e ativistas locais.

O DRPE é um método praxiológico que visa diagnosticar a realidade e possui caráter qualitativo, além de ser fundamentado na crítica coletiva e na mudança cultural cujo intuito é alcançar a emancipação social. O caráter emancipador do DRPE se estabelece em três momentos de um único e articulado movimento, a saber: expressão e descrição da realidade; crítica do material exposto; e criatividade (Pereira, 2017). O DRPE possui o diálogo como característica fundamental para seu desenvolvimento, sendo que este é importante na sua conexão com a mudança social e abordagens participativas.

Esta metodologia consiste em um aglomerado de técnicas que são desenvolvidas ao longo de três a cinco dias pela equipe aplicadora, e que são adequadas ao objeto de estudo. Em Cambuquira, foram cinco dias de aplicação da técnica, tendo início em 16 de janeiro de 2017 finalizando em 20 de janeiro. A cada dia de aplicação da técnica, foram desenvolvidas em média duas técnicas do DRPE. Essa técnica foi relevante, pois possibilita compreender informações relevantes sobre a problemática local, assim como debates sobre as águas minerais, sua legislação, seus usos e destinação e conflitos existentes.

Posteriormente, utilizou-se a triangulação dos dados (Figura 1) para análise dos resultados. Segundo Yin (2014) a triangulação se relaciona com a articulação de estratégias e evidências de pesquisa. Sendo assim, a triangulação “[...] deve produzir conhecimento em diferentes níveis [...] e, assim, contribuem para promover a qualidade da pesquisa” (Flick, 2009, p. 62).



Figura 1: Processo de triangulação.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para análise dos dados foram utilizadas seleções, simplificações e síntese dos dados originais adquiridos durante as atividades descritas acima, inter-relacionando cada uma destas com as informações adquiridas. Utilizou-se como categorias de análise os interesses: a) privado, b) público e c) público não estatal.

## 4 RESULTADO E DISCUSSÃO

### 4.1 O uso terapêutico e turístico das águas minerais

As primeiras descobertas de águas de fontes naturais no Brasil ocorreram a partir do final do século XVIII, e estas possuíam características marcantes que as diferenciavam das águas tradicionais, como gosto e algumas vezes um odor acentuado. Segundo os participantes do DRPE, desde então, muitas cidades que possuíam as águas “diferenciadas”, foram sendo visitadas em função de tais recursos. Com as descobertas, as estâncias hidrominerais ficaram conhecidas em todo o Brasil, sendo cada vez mais procuradas para recreação e/ou para tratamentos de saúde (Sales, 2013).

As visitas a esses municípios foram crescendo e aos poucos o Turismo de Saúde foi sendo inserido em Cambuquira. De acordo com a atual definição do Ministério do Turismo (2009), o termo ‘turismo de saúde’ refere-se à constituição “[...] das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos”. Essa atividade teve seu auge no período compreendido entre 1918 e 1919 em decorrência do surto da gripe espanhola, onde segundo Sales (2013), na percepção popular, o poder curativo das águas minerais era tão convicto quanto à categoria dos tônicos depurativos: “Elas eram percebidas como uma panaceia, uma espécie de medicamento quase milagroso” (p. 42).

O poder medicamentoso das águas minerais de Cambuquira e de outras estâncias hidrominerais repercutiu pelo mundo, através de jornais e revistas da época que vinculavam informações sobre os benefícios das águas minerais do município. E estas repercutem até os dias atuais.

As fontes locais oferecem diversos benefícios para seus usuários, por isso essas informações são compartilhadas e disponibilizadas para todos os visitantes, através de panfletos e alguns cartazes informativos disponíveis na entrada do Parque das Águas - onde fica localizado a maior concentração de fontes do município. Diante de todo o contexto apresentado, é plausível dizer que a água é considerada um componente simbólico para o município, cujo benefício mais significativo trata-se de seu uso medicinal voltado para prevenção e cura de enfermidades. A forte evidência desta constatação pode ser visualizada com a manifestação de uma participante durante o DRPE: “quando se fala em Cambuquira a pessoa já lembra da água gasosa na fonte. [...] não vejo Cambuquira sem estar associada à água mineral”. É válido ressaltar que as fontes pertencentes ao município recebem visitas tanto de moradores locais quanto de visitantes que as procuram justamente por causa de seus benefícios.

Durante as visitas realizadas às fontes, tivemos a oportunidade de ouvir relatos, casos e causos tanto das experiências dos próprios moradores, como de visitantes. Em consonância com as técnicas desenvolvidas, é plausível a sustentação do argumento de que as fontes e suas águas minerais se tornaram forte componente simbólico cultural de Cambuquira, em razão principalmente de seu poder medicamentoso. Durante as técnicas de pesquisa, as águas minerais foram referenciadas como “águas que curam”, “águas preciosas”, “água santa”, “água de Cambuquira”, “águas que saltam aos olhos”, “águas milagrosas de Cambuquira” e “farmácia a céu aberto”, o que confere credibilidade e reforça o poder medicamentoso das águas.

Foram os benefícios medicamentosos das águas minerais que proporcionaram a ascensão do turismo local. Mas atualmente, o turismo não é mais o grande fomentador da economia local, implicando na sua posição secundária na movimentação econômica local. Hoje ele se dá em decorrência das principais atrações locais, que são: o Parque das Águas, com seis fontes de água mineral, as fontes do Marimbeiro e do Laranjal (nas redondezas da cidade); e o Pico do Piripau, localizado na zona rural.

Mesmo com estes atrativos turísticos, o que o DRPE captou é que a própria sociedade cambuquirense desacredita no futuro turístico de Cambuquira, onde muitos falam que a cidade não tem possibilidade de crescimento expressivo, e que o pouco turismo que ainda



existe ocorre em virtude das águas minerais. Durante as técnicas, a incredibilidade frente ao desenvolvimento ou reativação do turismo local foi notória, principalmente nas seguintes frases: “[...] Cambuquira tem pouca saída para crescer” e “o turismo em Cambuquira está em decadência”.

Por mais que a descrença seja perceptível, a ONG Nova Cambuquira e a sociedade civil, enquanto representantes do interesse público não estatal, procuram alternativas para reascender o turismo e movimentar a economia local baseado no turismo, seja ele em função do poder medicamentoso das águas, da beleza natural de Cambuquira ou por outros fatores. Essa vontade é expressa pela ONG, que atrai cada vez mais a participação da sociedade local engajada nesta causa, em conjunto com pesquisadores, protectionistas e militantes em favor da causa.

#### **4.2 O uso comercial**

A perspectiva de interesses econômicos sob as águas minerais amedronta a população local, a ONG Nova Cambuquira e demais organizações que estão engajadas em movimentos contra essa ação. O que atrai os olhares mercadológicos para as águas de Cambuquira é sua classificação, segundo a Revista VIP Exame, em 1997, com a seguinte matéria “Matando a sede, a água mineral gasosa do município de Cambuquira foi apontada como a segunda melhor água mineral do mundo – disponível no Brasil” (Cruz, 2017, p. 106). Apenas uma fonte é envasada e comercializada nas prateleiras dos melhores supermercados no Brasil, sendo somente esta a responsável por alavancar o nome de Cambuquira nas mídias e a torná-la conhecida mundialmente.

Compreendida como “água suave naturalmente gasosa de Cambuquira”, segundo relatos de Cruz (2017), teve o início de suas vendas por volta de 1981 e comercializada pela empresa Supergasbrás até o ano de 2001.

Até o ano de 2001, não houveram relatos de nenhuma entidade de representação popular formal que se preocupasse com as águas, do ponto de vista da preservação e até mesmo o risco de sua exaustão. Logo, diante da necessidade de fiscalizar e proteger as fontes é que surgiu a ONG Nova Cambuquira no ano de 2001. Esta organização surgiu durante o lançamento do edital para exploração das águas minerais do município, mobilizando aqueles que já se encontravam engajados em prol da preservação e não exploração da água mineral. Com isso resolveram se unir e se estruturar em uma associação com a pretensão de barrar alguns pontos do edital que significavam uma exploração das águas de forma predatória.

Desde então, a atuação da ONG Nova Cambuquira e de membros da sociedade de Cambuquira sempre estiveram presentes.

Novos editais de exploração das águas foram lançados e a própria população se revoltou, principalmente contrários ao edital proposto pela Codemig, corroborando com novos conflitos causados pela divergência de interesses sobre as águas minerais. A principal queixa da população era em relação a exploração das águas, argumentando que as fontes atingiriam a exaustão em pouco tempo, prejudicando o meio ambiente, o turismo e economia local. Foi possível observar a atuação do Ministério Público do Meio Ambiente, sendo este favorável ao impedimento de editais atuando de maneira solidária e favorável à população cambuquirense.

Durante essas ações e polêmicas, vale ressaltar que para a ONG Nova Cambuquira, o engarrafamento da água mineral deve ser uma atividade secundária, pois além de não gerar expressivos números de emprego e renda, ainda conta com a possibilidade da perda do valor terapêutico da água com seu envase.

Durante a técnica do DRPE desenvolvida com os membros da ONG Nova Cambuquira e outros participantes locais, houveram discursos que demonstraram que as águas deveriam ser exploradas como fonte de renda para o município, implicando na divulgação do nome da cidade e fomentador do turismo local. Nesse sentido, é relevante frisar que há munícipes de Cambuquira que defendem que as águas devam ser exploradas visando somente benefícios de cunho sócio econômico, no entanto, há outros que defendem que nem mesmo sob a fiscalização do poder público estas águas devem ser exploradas. A questão da comercialização da água mineral ao ser abordada durante a coleta de dados foi o tema que gerou bastante discordância entre os participantes. Enquanto uns eram positivos em relação à comercialização do bem, outras pessoas eram bastantes negativas em seus posicionamentos ao que tange tal proposta.

Achamos importante explicitar que existem pessoas que assumem um posicionamento favorável a exploração das águas minerais do município, distanciando-se do posicionamento da organização Nova Cambuquira e de outros participantes das técnicas. Logo, ressaltamos: *“Além do acesso a todos, usar (a água) como a alavancagem do desenvolvimento econômico”*; *“[...] não é monstro pensar na commodity, esse pensamento pode nos tirar da estagnação econômica”* ; e por fim, *“[...] não podemos privar de pensar outras utilidades”*. Nesse sentido, alguns participantes argumentaram que a exploração para a comercialização surge como uma possibilidade estratégica para reerguer o município de Cambuquira,

principalmente através do turismo. Além disso, reforçaram que os próprios munícipes seriam impactados por tais fontes de receita através de benfeitorias ao que tange a infraestrutura local, saúde e educação. Esta é uma visão clara de que a única crença possível para tirar o município de sua estagnação é realizar a exploração das águas, independentemente de como isso será realizado.

A legislação que rege as águas minerais prevê que estas podem ser exploradas até sua exaustão, o que implica em diversos debates e controvérsias ao que cerne essa questão. A própria ONG manifestou-se como contrária a exploração das águas minerais e a fala dos participantes que defenderam a proposta, destacando que um dos princípios da “*Blue Community*” é de que as águas das cidades que possui este título não podem ser consideradas uma *commodity*. Tal argumento é inclusive contrário à exploração a qual ocorre em São Lourenço com a presença da multinacional Nestlé.

Através dos relatos é perceptível que a grande maioria dos atores de Cambuquira não é favorável comercialização das águas, mesmo se ela for pensada estrategicamente para benefícios em prol do município. Percebeu-se que o medo das fontes atingirem a exaustão é maior do que a possibilidade de reerguer a cidade. Os grifos dos participantes do DRPE foram destacados e validam a ideia de que as águas não devem ser exploradas com o intuito de se obter ganhos econômicos para o município: “[...] *problema chave é água como commodity*”.

Portanto, o grande desafio da ONG é combater os pensamentos de que a água pode ser uma *commodity* para o município, embora a própria legislação não assegure os cuidados que deveriam ser tomados ao tratá-la como mercadoria. O DNPM não possui respaldo legal que vise e/ou determine cuidados importantes em relação a exploração da água mineral, apenas permite sua lavra até a exaustão. Ao que tange esse aspecto, a grande batalha da ONG, é a tentativa de retirar a água mineral do Código de Mineração, uma vez que para tais atores a água não se constitui como minério, mas sim como um bem público.

Ao mesmo tempo em que alguns atores consideram a água mineral como uma fonte rentável para o município, participantes da pesquisa como moradores, visitantes e residentes temporários afirmam que a cidade é visada como atração turística e como moradia justamente pela sua tranquilidade e pelos benefícios crenoterápico das águas minerais.

### **4.3 Interesses múltiplos nas águas minerais**

As águas minerais de Cambuquira, assim como outras águas minerais, podem ser vistas por várias perspectivas: pelo setor público, pelo setor privado e pela ótica da sociedade civil e

estatal (público não estatal). Com a existência dos conflitos, ficou claro que a população ressignificou a questão das águas, temendo principalmente que ao serem exploradas para fins comerciais, poderiam perder sua essência cultural e tornar-se uma mercadoria regida sob o ponto de vista estratégico que vislumbrasse o lucro.

O interesse da sociedade civil organizada é representado pela Organização Não Governamental (ONG) Nova Cambuquira, sendo esta uma entidade de importante relevância na militância em defesa da água como um bem público. Sobre a ONG e sua relação com os assuntos relacionados à água mineral, é notório que esta instituição torna público todas as ações direcionadas para as águas minerais e demais notícias que envolvem o tema. A organização trabalha fortemente em questões de publicização das informações, sendo estas as condutoras de opiniões sobre o assunto e principalmente, induzem para a conscientização de que a água deve ser considerada e regida sob a ótica de um bem público. Inclusive o engajamento e participação da população em questões decisivas sobre as fontes de água mineral se deu através de audiências e consultas públicas, protestos via redes sociais e presenciais no município. Toda a manifestação contou com a liderança da ONG, cuja afetividade pelas águas é tão vasta que estes a intitulam como ‘águas virtuosas’, ‘águas santas’ e ‘águas que saltam aos olhos’.

A pretensão de comercializar as águas e serem planejadas de forma estratégica começou desde a primeira empresa a engarrafar as águas de Cambuquira, no ano de 1981, quando foram realizados estudos sobre as fontes utilizadas para exploração. Desde esse período as águas, já rendiam frutos financeiros para a empresa e conseqüentemente fomentavam o comércio e economia local. A comercialização atendia inclusive poder público, todavia, com o passar dos anos, esta esfera foi ressignificando suas intenções tornando claro que a exploração de forma demasiada e exploratória das fontes não é almejada. Mesmo com a possibilidade de melhorias a partir da comercialização das águas, uma parte significativa da população almejam que a cidade cresça e se desenvolva através do turismo local, da utilização da água para fins medicinais e de outras empresas que não explorem as águas locais e nem as prejudiquem.

Diante de toda a discussão levantada pelo presente artigo, é relevante estabelecer pontos chave para melhor visualização dos atores e as suas considerações ao que tangem as águas minerais, justificando a elaboração do quadro abaixo. Com isso, temos que a percepção da água como bem público é fortemente defendida pela própria sociedade e organizações não governamentais, além de possuir mais instrumentos motivadores.

Interesse	Síntese
Interesse privado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Símbolo econômico</li> <li>• Água como um minério e produto</li> <li>• Água mineral como alimento que deve ser comercializado</li> <li>• Turismo</li> </ul>
Interesse público	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Símbolo político</li> <li>• Água como um minério</li> <li>• Desenvolvimento econômico da cidade</li> <li>• Turismo sustentável</li> </ul>
Interesse público não-estatal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Símbolo cultural</li> <li>• Água mineral como um bem comum</li> <li>• Água mineral como fonte de tratamentos</li> <li>• Turismo ecológico</li> </ul>

Quadro 2: Descrição dos interesses em torno das águas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante de tais reflexões, torna-se possível concluir que a sociedade civil em conjunto com a ONG do município e outras instituições públicas, como o Ministério Público do Meio Ambiente e Promotoria da Justiça local, defendem arduamente que as águas devem seguir o caminho do bem público e bem comum, permanecendo como símbolo cultural de Cambuquira e fomentando o turismo local pelas suas fontes e benefícios crenoterápico, em prol do bem estar social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Circuito das Águas de Minas Gerais se tornou referência quando se trata de águas minerais. As cidades pertencentes ao Circuito - Caxambu, Cambuquira e São Lourenço - são marcadas por múltiplos conflitos que envolvem tanto o uso e exploração, quanto a própria gestão das águas minerais.

Nesse contexto, este artigo objetivou compreender os interesses mobilizados em torno dos usos das águas minerais no município de Cambuquira, Minas Gerais. Além das discussões sobre os conflitos envolvendo águas minerais no Brasil, discutiu-se no referencial teórico os diferentes interesses (privado, público e público não estatal) existentes em torno dos usos das águas minerais. O estudo foi realizado em Cambuquira, município que integra o Circuito das Águas de Minas Gerais e que já teve suas águas consideradas como uma das melhores do planeta. Como forma de reconhecimento da qualidade e importância dessas águas, em 2014, a cidade ganhou o selo da *Blue Community* por reconhecer a água como direito humano, eliminar a venda de água engarrafada nas instalações e eventos municipais e promover serviços de água com financiamento público.

Para a coleta de dados, este artigo utilizou a triangulação de dados entre pesquisa documental, observação e aplicação do diagnóstico rápido participativo emancipador (DRPE). Para as

análises foram utilizados como categorias analíticas os interesses: (a) privado, (b) público e (c) público não estatal, identificando atores e usos relacionados a cada um e como existem conflitos entre eles.

Diante o interesse privado, identificou-se a pretensão de empresas pela exploração das águas minerais que são tratadas como mercadoria e produto. Essas empresas são tidas como predadoras de bens públicos, utilizando de recursos naturais para o enriquecimento. No que se refere ao interesse público estatal identificou-se a atuação da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) e do poder público local, todavia, estes atores aproximam seus interesses do privado ao optar pelo engarrafamento das águas minerais em um modelo empresarial. Divergindo desses modelos, as organizações da sociedade civil, pesquisadores e ativistas mobilizam a favor de um uso turístico sustentável, crenoterápico, de acesso livre e gratuito das águas minerais pela população local.

A partir desse interesse público não estatal, a água mineral é considerada um bem cultural, um medicamento, bem comum e direito humano. A ONG Nova Cambuquira e outros atores da sociedade civil local foram importantes na contribuição deste trabalho, pois foi através deles que conseguimos adquirir grande parte dos nossos dados, por meio das inúmeras visitas ao local de estudo, documentações redigidas e disponibilizada por esta entidade. A ONG Nova Cambuquira está sempre em articulação com outros órgãos, como o Ministério Público e Poder Público local, buscando a concretização do diálogo para defender e proteger as águas minerais e fontes, além de sempre estarem em constante contato com a população local, promovendo audiências públicas, mobilizações em prol das águas, ações educativas com crianças e adolescentes e a busca constante pela minimização da perspectiva mercantil sob as fontes de água mineral local.

Encontrou-se que entre estes interesses emergem conflitos pelos usos das águas minerais. De forma geral, foi possível diagnosticar que possuem dois conflitos existentes simultaneamente, a água como bem público e direito humano, devendo ser acessível a todos e, por outro lado, como mercadoria e *commodity* – que resulta no foco da exploração mercantil. Os resultados mostram, inclusive, que os conflitos foram judicializados por meio de Ação Civil Pública, mas ainda perduram até o momento de conclusão deste artigo.

Como proposta de agenda de estudos futuros, apontamos para estudos voltados para as problemáticas de gestão municipal de Cambuquira direcionada para políticas públicas em prol das águas minerais e sobre a gestão pública municipal interna ao município, visto que foi identificada uma pequena carência para com a gestão municipal em relação às águas minerais.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alcântara, V. C., Sant'anna, L. T., Pereira, J. R. (2018, junho). Os “Guardiões das Águas” no Circuito das Águas de Minas Gerais: um estudo a partir do Modelo de Estruturação dos Sistemas Sociais de Ação Coletiva. *Anais do V Encontro Brasileiro de Administração Pública*, Salvador, BA, Brasil.

Barlow. M. (2009). *Água Pacto Azul*. São Paulo: M. Books do Brasil, Editora Ltda.

Bueno, F. (2017) **Portal Visite Minas Gerais**, 2017. Recuperado em 21 de janeiro de 2017, de <http://visiteminasgerais.com.br/mg/circuito-das-aguas> .

Costa, M. C., Guarido Filho, E. R., Gonçalves, S. A. (2013). Lógicas institucionais e formação da governança de recursos hídricos: análise do caso brasileiro. *Revista Gestão Organizacional*, vol. 6, n. 4.

Cruz, E. S. T. (2017). *Gestão Social da água mineral no município de Cambuquira – Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil.

Decreto-Lei nº 7.841, de 08 de agosto de 1945 (1945). Dispõe sobre o Código de Águas Minerais. Brasília, DF. Recuperado em 17 de janeiro, 2017, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/19371946/De17841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/19371946/De17841.htm)

Flick, U. (2009). *Qualidade na pesquisa qualitativa*. São Paulo: Editora Artmed.

Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 35, n. 2, pp. 57-63.

Ministério do Turismo (2009). *Marketing de Destinos Turísticos*. Recuperado em 02 de julho, 2017, de [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Marketing\\_Destinos\\_Turisticos.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marketing_Destinos_Turisticos.pdf)

Ruscheinsky, A. (2004). *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina.

Pereira, J. R. (2017). *Diagnóstico participativo, o método DRPE* (1. ed). Santa Catarina: Tubarão.

Sales, C. S. (2017). *Água como bem público: A análise exploratória sob a luz da sociologia pragmática*. Monografia de graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil.

Sales, J. R. (2013). *A gripe espanhola nas estâncias hidrominerais de Cambuquira, Caxambu, Lambari e São Lourenço - MG*. Varginha: Gráfica Editora Sul Mineiro.

The Council of Canadians. (2016). *BlueCommunities Project Guide*. Recuperado em 21 de janeiro, 2017, de <http://canadians.org/content/booklet-blue-communities-project-guide>

Swyngedouw, E. (2007). Dispossessing H2O: the contested terrain of water privatization. *Capitalism Nature Socialism*, vol. 16, n. 1, pp. 81-98.

Yin, R. (2014). *Estudo de Caso: Planejamento e métodos* (5. Ed). Porto Alegre: Bookman.